

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCVIII • Nº 197

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 27 de outubro de 2021

Parlamentares visitam novas instalações da Fundação Altino Ventura

Complexo atenderá 70 mil pacientes e realizará 4 mil cirurgias por mês

FOTO:ROBERTA GUIMARÃES

Um grupo de parlamentares da Alepe visitou ontem o novo complexo de saúde da Fundação Altino Ventura (FAV), no bairro da Iputinga, Zona Oeste do Recife. Com inauguração prevista para o próximo dia 9 de novembro, a estrutura contará com 30 consultórios, 16 salas de cirurgia oftalmológica e um centro de reabilitação para pessoas com deficiência.

“Para oferecer serviços de saúde gratuitos à população, a entidade precisa de muitos parceiros. A Assembleia se coloca como mais um a contribuir para a continuidade desse trabalho essencial para os pernambucanos”, registrou o presidente da Casa, deputado Eriberto Medeiros (PP).

Os deputados Dulci Amorim (PT), Henrique Queiroz Filho (PL) e João Paulo (PCdoB) também foram conferir as futuras instalações. “A FAV desenvolve uma atividade que extrapola as fronteiras do Estado e atende

quem mais precisa”, disse o comunista. “Tenho muita gratidão por essa instituição que sempre acolheu bem o povo sertanejo”, acrescentou Dulci Amorim. “É um orgulho para os pernambucanos”, complementou Queiroz Filho.

De acordo com o presidente da Fundação, Marcelo Ventura, o espaço será capaz de atender 70 mil pacientes e realizar 4 mil cirurgias todos os meses. Os trabalhos, assim como as obras da nova unidade, são financiados com recursos da União, Estado e municípios, além de doações privadas. Verbas de emendas parlamentares também contribuem com as atividades.

“A FAV possui, hoje, o maior serviço público em oftalmologia do Brasil e é um patrimônio do povo pernambucano. Tudo isso só é possível graças à mobilização de governos, parlamentares e sociedade civil”, pontuou. Segundo Ventura, mais investimentos



SERVIÇOS - Deputados conheceram estrutura que contará com 30 consultórios, 16 salas de cirurgia oftalmológica e um centro de reabilitação para pessoas com deficiência

são necessários para equipar totalmente o complexo, que substituirá a atual sede, no bairro da Boa Vista.

SOBRE A FAV

Criada em outubro de 1986, a Fundação Altino Ventura é uma entidade filantrópica,

sem fins lucrativos, que oferece assistência nas áreas de saúde ocular e reabilitação de pessoas com deficiência au-

ditiva, física e intelectual. Atualmente, funciona em imóveis alugados e atende, em média, 40 mil pacientes por mês.

PEC 32

FOTO:EVANE MANÇO



MOTIVO - Mudança deveu-se à incompatibilidade com a agenda de Fernando Monteiro. “Além dele, queremos ouvir outros legisladores”, avisou João Paulo

Comissão da Reforma Administrativa adia reunião com deputado federal

A Comissão Especial de Análise da Reforma Administrativa adiou para o próximo dia 5 de novembro um debate que estava marcado para ontem. A mudança deveu-se à incompatibilidade com a agenda do deputado Fernando Monteiro (PP-PE), presidente do colegião responsável pela discus-

são da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020 na Câmara Federal.

Em mensagem enviada aos deputados estaduais, Monteiro explicou não ter podido comparecer porque a Câmara voltou a fazer reuniões exclusivamente presenciais nesta semana. O parlamentar será convidado

para o novo encontro. “Além dele, queremos ouvir legisladores contra e a favor da matéria”, indicou o presidente da Comissão da Alepe, deputado João Paulo (PCdoB).

Após essa fase, o colegião temporário pretende promover debates a respeito do impacto da Reforma Administrativa sobre os setores

mais representativos do serviço público: educação, saúde e segurança. “Essas reuniões devem ocupar as manhãs das terças-feiras, a partir do dia 9 de novembro”, sugeriu o relator, deputado Diogo Moraes (PSB). O calendário foi apoiado pelos deputados Professor Paulo Dutra e Laura Gomes, também do PSB.

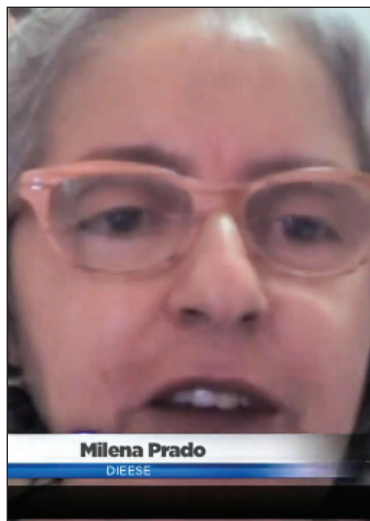
Polo Têxtil: Comissões debatem valorização profissional de costureiras

Colegiados de Cidadania e da Mulher promoveram audiência pública

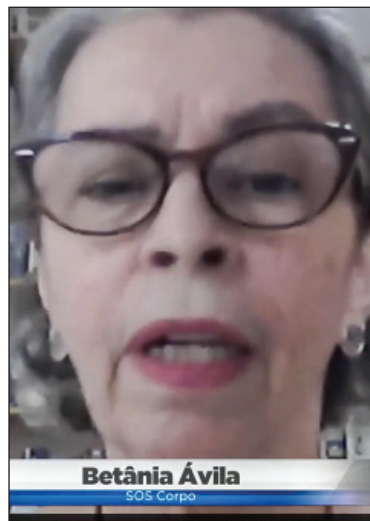
FOTOS:EVANE MANÇO



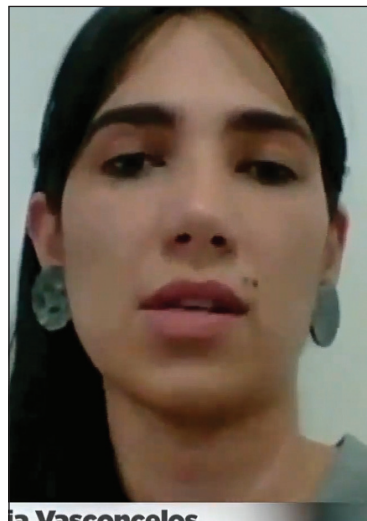
INFORMALIDADE - “Mesmo trabalhando de 12 a 15 horas por dia, apenas 40% conseguem ganhar um salário mínimo”, disse Líliliana Cabral



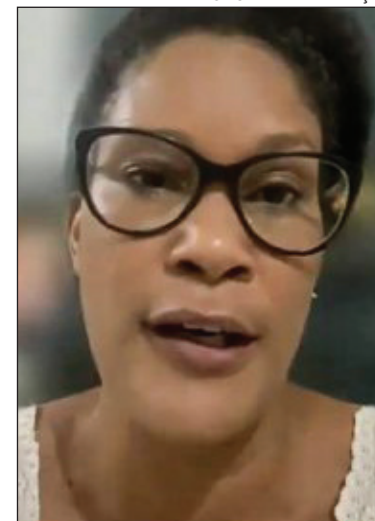
AVALIAÇÃO - Segundo a economista Milena Prado, do Dieese, trabalho faccionado traz desafio para proteção social e legalização trabalhista



EXPLORAÇÃO - “Costureiras têm jornadas extensas, cuidam da casa, da família e da comunidade simultaneamente”, frisou Betânia Ávila, da SOS Corpo



DIREITOS - Para a doutoranda em Ciências Sociais Virgínia Vasconcelos, “é necessário haver a escuta e a conscientização ao mesmo tempo”



CAMINHO - Presidente da Comissão de Cidadania, Jô Cavalcanti acredita na economia solidária como melhor alternativa para dignificar a atividade

Elas formam a base da cadeia produtiva do Polo de Confeções do Agreste. Mas, embora sejam de fundamental importância, as costureiras que prestam serviço às fábricas e lojas da região trabalham em situação precária. Só recentemente, passaram a despertar para condições dignas de trabalho e de sobrevivência, além de acesso a direitos básicos.

Para debater formas de valorizar essa mão de obra, as Comissões de Cidadania e Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Mulher promoveram, ontem, uma audiência pública conjunta. O tema do encontro foi “Mulheres, Direitos Sociais e Trabalho: Uma Agenda das Mulheres da Economia Solidária e do Polo de Confeções de Pernambuco”.

Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru são alguns dos 11 municípios que compõem o Polo Têxtil do Estado. A zona emprega mais de cem mil pessoas e é responsável por 16% da produção de roupas do Brasil. As costureiras, também chamadas de faccionistas, representam um segmento à parte nesse cenário.

“Elas não têm registro profissional, são pagas pela quantidade de peças produzidas, o que as obriga a trabalhar de 12 a 15 horas por dia. Ainda assim, apenas 40% conseguem receber o equivalente a um

salário mínimo por mês”, afirmou Líliliana Cabral de Barros, integrante do Coletivo Mulheres Cidadania Feminina.

O grupo reúne oito organizações da Região Metropolitana do Recife, que realizaram um trabalho no Polo de Confeções. “Cada organização foi para uma cidade a fim de levantar a situação das trabalhadoras. Em Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, todas as casas tornaram-se minifábricas”, relatou a participante.

“Morando em condições insalubres, essas mulheres perdem a vivência em família, pois todos acabam se envolvendo no trabalho. Elas não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos filhos, nem atendê-los quando doentes e, quase sempre, param de costurar em razão de algum problema postural irreversível. Muito dinheiro é gerado em cima dessa exploração. Precisamos unir forças para garantir proteção social.”

CENÁRIO

Representando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Milena Prado explicou que a entidade acompanha as costureiras do Polo desde 2018, por meio do Projeto Vozes da Moda. Segundo a economista, a atividade faccionada desafia a proteção social e a legalização trabalhista.

“A mulher tem um papel importante nessa cadeia, pois a costura é uma atividade feminina. Elas geram riqueza para a região, mas não têm acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. No começo, atuar no espaço familiar foi favorável porque facilitava a observação dos filhos, mas, com o tempo, as mulheres sentiram a falta de creches e de uma separação entre a vida familiar e a laboral”, destacou.

Apesar da importância econômica do Polo de Confeções, estudos do Dieese constatarem o aumento da pobreza na área. “Em Caruaru, havia, no censo de 2010, 40% de famílias vulneráveis. Embora não haja uma atualização do IBGE, outros indicadores revelam o crescimento da população de baixa renda nos últimos anos. Esse fato mostra que os trabalhadores da base não são beneficiados pelos lucros das empresas”, prosseguiu Milena Prado.

Betânia Ávila, da organização não governamental (ONG) SOS Corpo, lembrou que, historicamente, determinadas funções sempre couberam à mulher, independentemente das condições. “As costureiras têm jornadas extensas, cuidam da casa, da família e da comunidade simultaneamente. São obrigadas a aceitar uma estrutura desigual e cruel. Além disso, não há tempo para estudar ou

buscar uma oportunidade melhor. É um lugar de exploração profunda, que rouba o tempo e compromete o futuro delas.”

ESTUDO

A doutoranda em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PB) Virgínia Vasconcelos tem realizado estudos sobre as condições de trabalho na região. Para a pesquisadora, antes de pensar em políticas públicas para atender as trabalhadoras do Polo, é preciso ter em mente que ele não é homogêneo.

“Lá existem muitos formatos de empresas e de atividades laborais. Algumas são estruturadas, outras são de fundo de quintal; algumas fazem contratações regulares e outras não. Também é preciso compreender a cultura local e o pensamento dos trabalhadores. Muitos não se sentem explorados porque não sabem que têm direitos. É necessário haver a escuta e a conscientização ao mesmo tempo”, frisou.

De acordo com Virgínia, 80% dos negócios do Polo são informais. Ao aplicar uma consulta pública com mais de cem mulheres, descobriu-se que, entre os problemas apontados, estão a baixa remuneração, a renda incerta e a falta de vínculo empregatício. A pesquisa ainda revelou que há espaço para a criação de cooperativas e de associações,

o que pode viabilizar uma mudança na estrutura de trabalho.

FISCALIZAÇÃO

Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Débora Tito Farias enfatizou que o órgão fiscaliza as faccões há muitos anos, atuando as empresas em caso de infração. “São necessárias políticas públicas para mudar a realidade das costureiras. Escutá-las vai possibilitar que haja valorização desse trabalho. Se o caminho for as cooperativas, apoiaremos; se for a formalização, também estaremos de acordo”, observou.

A secretária estadual da Mulher, Ana Elisa Sobreira, salientou que é necessário um conjunto de forças para modificar esse cenário. “As costureiras fazem parte do grupo prioritário da pasta. Estamos desenvolvendo estratégias no sentido de valorizar a atuação dessas profissionais”, explicou. Para Juliana Gouveia, secretária de Políticas para Mulheres de Caruaru, os municípios precisam de incremento orçamentário: “Já estamos incentivando a economia solidária em parceria com o Dieese”, ressaltou.

Já o superintendente de Atração de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, Diogo Beltrão, informou que o órgão promove ações em benefício dos tra-

balhadores do Polo. Entre elas, cursos de capacitação, reforma de áreas e implantação de sinalizações, além da compra de três milhões de máscaras durante a pandemia. “Estamos à disposição para receber sugestões”, avisou.

Ao final da reunião, a presidente da Comissão de Cidadania, deputada Jô Cavalcanti, do mandato coletivo Juntas (PSOL), defendeu a economia solidária como “a melhor alternativa para dignificar o trabalho das costureiras”, que atuam irregularmente e não têm direito a uma remuneração justa. “Vamos elaborar um documento com sugestões propostas no encontro para encaminhar ao Governo do Estado. Capacitação, assistência médica e psicológica, creches e registro profissional, bem como linhas de crédito específicas foram algumas ideias apresentadas”, acrescentou.

A deputada Teresa Leitão (PT) também defendeu a organização das trabalhadoras. “São muitas as precariedades. Insalubridade, mistura de vida privada com atividade laboral, falta de proteção social, entre outras, que foram agravadas durante a crise sanitária da Covid-19. A luta é árdua, mas esperamos que as propostas que surgiram se revertam em soluções”, completou.

Atos

ATO Nº 333/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 104/2021, do **Deputado Romero Albuquerque**, **RESOLVE**: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de novembro de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19 e 16.579/19.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
MIRELLE TELINO VIEIRA CAVALCANTI	Assessor Especial / PL-ASC	Assessor Especial / PL-ASC	15,91%
CINTHIA BARBOSA DE ANDRADE	Assessor Especial / PL-ASC	Assessor Especial / PL-ASC	120%
VIVIANNE DA SILVA ANDRADE	Assessor Especial / PL-ASC	Assessor Especial / PL-ASC	
MARCELO VICTOR QUIRINO DE NAZARE	Assessor Especial / PL-ASC	Assessor Especial / PL-ASC	

Sala Torres Galvão, 26 de outubro de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 334/21

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 036/2021, do **Deputado Romário Dias**, **RESOLVE**: exonerar, a pedido, o servidor **RODRIGO ANTONIO MARTORELLI SILVA DE ALMEIDA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ANDRE FABIANO OLIVEIRA SANTOS**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 90,21% (noventa vírgula vinte e um por cento), a partir do dia 1º de novembro de 2021, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 26 de outubro de 2021.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Escala de Férias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO FUNCIONAL
GERÊNCIA DE CADASTRO FUNCIONAL

ESCALA DE FÉRIAS

A Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. 1º Secretário, faz publicar, nos termos dos Atos nº. 468/89 e 598/15 do Presidente e, cumprindo o disposto no artigo 103 da Lei nº. 6123/68, a Escala de Férias dos servidores integrantes dos quadros de pessoal efetivo e comissionado da Assembleia Legislativa, na seguinte ordem:

MAT	NOME DO FUNCIONARIO	EXERCICIO	INICIO GOZO	FINAL GOZO
0000513	ALEXANDRE JORGE COELHO ALVES	2021	01/11/2021	30/11/2021
0000602	ANA GABRIELA AUSTREGESILIO NEPOMUCENO	2020	01/11/2021	30/11/2021
0000590	ARTHUR VICTOR DE SA RODRIGUES MORAIS	2021	03/11/2021	02/12/2021
0000628	CHEUK KEI MARK	2020	16/11/2021	15/12/2021
0000536	CLAUDIA LINS DE ALBUQUERQUE MENDES	2020 1º PERIODO	01/10/2021	30/10/2021
0023556	CLAUDIO AUGUSTO SOLDA	2020	03/11/2021	02/12/2021
0000447	CLAYTON JOSE ARAUJO DE AGUIAR	2021	03/11/2021	02/12/2021
0000647	EURICO DE LIRA ARAUJO JUNIOR	2020	03/11/2021	02/12/2021
0000637	EVELINE GONCALVES LEAL	2020	03/11/2021	02/12/2021
0000468	FRANCISCO DE ASSIS SANTORO	2021	03/11/2021	02/12/2021
0000546	GABRIELA BEZERRA DE SOUZA	2020	18/11/2021	17/12/2021
0000310	GLAUCO JORGE DE BARRIOS CABRAL	2020	01/11/2021	30/11/2021
0000557	ISABELA ZUMBA MASCARENHAS SENRA GASPAR	2020	03/11/2021	02/12/2021
0000353	ISAIAS GOMES DA SILVA	2020	22/11/2021	21/12/2021
0000603	ISMENIA DOS SANTOS SILVA	2021	24/11/2021	23/12/2021
0000633	ITALO HENRIQUE DE SOUZA LOPES	2021	24/11/2021	23/12/2021
0000545	JULIA CAROLINA VARGAS GUIMARAES	2020	16/11/2021	15/12/2021
0000504	JULIANA SALAZAR PEREIRA DA COSTA	2021 2º PERIODO	03/11/2021	02/12/2021
0000574	LAIZA GEMIR BARACHO CAMPOS BURIL	2020	03/11/2021	02/12/2021
0000629	LUIZ FELIPE MALTA MONTENEGRO	2020	16/11/2021	15/12/2021
0000564	MAILA DIAMANTE BRUN	2020	17/11/2021	16/12/2021
0060689	MARCELA MAGALHAES SANTOS GONCALVES DE FREITAS	2020	01/11/2021	30/11/2021
0000502	MARCELO CABRAL E SILVA	2020	22/11/2021	21/12/2021
0000351	MARIA DAS GRACAS FERREIRA DUARTE	2020	18/11/2021	17/12/2021
0000570	MARISTELA INES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LAPA MORA	2020	18/11/2021	17/12/2021
0000632	RAUL QUEIROZ DE MENEZES	2021	16/11/2021	15/12/2021
0000618	RENAN LIMA CORREA	2020	16/11/2021	15/12/2021
0022630	RODRIGO WILSON LOYO DE QUEIROZ CAMPOS	2020	10/11/2021	09/12/2021
0024379	SILVIO TAVARES DE AMORIM	2020	16/11/2021	15/12/2021
0000292	TERESA CRISTINA NOGUEIRA MOTA	2021	01/11/2021	30/11/2021

Em 26 de outubro de 2021

EDUARDO TORRES GONCALVES LOPES
Gerente de Cadastro Funcional

TACIANA MARIA BARBOSA GUERRA
Chefe do Depto. de Gestão Funcional

RENE BARBOSA GOMES DA SILVA
Superintendente de Gestão de Pessoas

Essa novidade você vai curtir e também seguir



Quem gosta de acompanhar o dia a dia do desenvolvimento do Estado e da política pernambucana conta com dois novos canais, o Facebook e o Twitter. A Assembleia Legislativa está presente nessas mídias sociais, levando notícias diárias de interesse dos cidadãos.

Acesse, curta e siga.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor; 2º Vice-Presidente, Deputado Manoel Ferreira; 1º Secretário, Deputado Clodoaldo Magalhães; 2º Secretário, Deputado Pastor Cleiton Collins; 3º Secretário, Deputado Rogério Leão; 4º Secretária, Deputada Alessandra Vieira; 1º Suplente, Deputado Antonio Fernando; 2º Suplente, Deputada Simone Santana; 3º Suplente, Deputado Joel da Harpa; 4º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho; 5º Suplente, Deputada Dulci Amorim; 6º Suplente, Deputada Fabíola Cabral; 7º Suplente, Deputado Romero Albuquerque. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Cássia Maria Lins Villarim Silva; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Rene Barbosa Gomes da Silva; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Franklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente Militar e de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvío Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Jose Eduíno de Brito Cavalcanti; **Superintendente de Inteligência Legislativa** - José Rivelino Ferreira de Moraes; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Cláudia Lucena; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alcécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scm@alepe.pe.gov.br

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br